



Câmara Municipal de Carazinho/RS  
Concurso Público 01/2026

# CADERNO DE PROVA

## PROCURADOR LEGISLATIVO

ETAPA SEM CONSULTA



### INSTRUÇÕES

Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas da Prova Teórico-Objetiva e 2 (duas) questões discursivas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

#### PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

- 40 questões
- 4 alternativas

#### PROVA DISCURSIVA

- 02 Questões

#### TEMPO DE PROVA

- 5 horas
- Saída permitida somente após 1 hora do início da prova
- O candidato só poderá levar os Cadernos nos últimos 30 minutos para o término das provas

- O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta e das Folhas Definitivas da Prova Discursiva.
- Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- Ao concluir estas provas, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e as Folhas Definitivas da Prova Discursiva.
- A divulgação do gabarito preliminar e do padrão de resposta se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À LEGALLE CONCURSOS. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

#### RASCUNHO PARA GABARITO

01	06	11	16	21	26	31	36
02	07	12	17	22	27	32	37
03	08	13	18	23	28	33	38
04	09	14	19	24	29	34	39
05	10	15	20	25	30	35	40

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

### Oportunismo eleitoral e despesas ambientais nos municípios do Brasil

A competência do gestor público é frequentemente avaliada com base em sua capacidade de prover bens e serviços coletivos com eficiência e responsabilidade fiscal. Em períodos eleitorais, esse julgamento se intensifica, incentivando gestores a adotarem estratégias que ampliem sua popularidade e aumentem suas chances de reeleição. Entre essas estratégias, destacam-se o esforço em evitar déficits fiscais e o redirecionamento de recursos para áreas de maior visibilidade política, como pessoal, educação e infraestrutura.

Tais ações evidenciam uma seletividade orçamentária, em que determinadas despesas são priorizadas estrategicamente conforme o ciclo político, gerando assimetria informacional de curto prazo. Esse comportamento encontra respaldo na Teoria dos Ciclos Políticos (TCP), segundo a qual gestores ajustam a política econômica de acordo com o calendário eleitoral, cuja previsibilidade favorece a antecipação de decisões com o objetivo de obter vantagem eleitoral.

A TCP postula, em suas hipóteses, que gestores públicos se aproveitam da racionalidade limitada dos eleitores, divulgando benefícios e propostas para angariar votos. Esse aproveitamento da memória de curto prazo dos eleitores é declarado como a hipótese oportunística na TCP, e assume que os gestores utilizam ideologias e percepções populacionais para ganhos políticos em períodos eleitorais. Um bom exemplo é o uso de pautas ambientais para fomentar apoio em campanhas eleitorais, explorando a miopia política do eleitorado para obter suporte.

Paralelamente, a criação do Sistema de Contabilidade Econômico-Ambiental, adotado como referência internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU), promove a integração de dados econômicos e ambientais, proporcionando visão abrangente da contabilização de recursos naturais na produção de bens e serviços. Para legitimar a conformidade desse sistema dentro da esfera pública, foi desenvolvido um movimento liderado pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), que, em 2022, formalizou o início das normas de relatórios de sustentabilidade.

Tais iniciativas foram impulsionadas por agendas ambientais globais. Entre essas agendas, destacam-se o Acordo de Paris, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e a Agenda 21. Esses mecanismos buscam integrar a dimensão ambiental à lógica orçamentária estatal, por meio da mensuração das chamadas “despesas com capital verde”.

No contexto brasileiro, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei n. 6.938/1981, estabelece as diretrizes para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. As chamadas despesas ambientais abrangem ações como controle de cheias, licenciamento, gestão de resíduos e recuperação de áreas degradadas, funcionando como indicativo de prioridade atribuída à agenda ambiental nos municípios.

Diante do cenário de restrição fiscal, o orçamento público consolida-se como principal instrumento de escolha política e alocação estratégica. No Brasil, além de sua função de planejamento, ele também exerce papel fundamental na transparência, no controle social e na responsabilização dos gestores, contribuindo para a qualidade da gestão pública e a eficiência no uso dos recursos.

Como entes federativos mais próximos das demandas sociais, os municípios exercem papel decisivo na provisão de bens públicos. Estudos apontam que prefeitos tendem a ajustar suas decisões orçamentárias com base em incentivos eleitorais, priorizando áreas de maior apelo junto ao eleitorado. Nesse contexto, políticas ambientais podem ser relegadas a segundo plano em anos eleitorais, em favor de despesas com vantagem eleitoral, como obras públicas ou folha de pagamento.

**Fonte:** MARQUES, M. S. *et al.* Oportunismo eleitoral e despesas ambientais nos municípios do Brasil. *Cad. Gest. Pública Cid.*, São Paulo, v.31, n. 3, 2026 (com adaptações).

**Questão 01.** Considerando o texto sobre oportunismo eleitoral e despesas ambientais nos municípios brasileiros, analise as assertivas a seguir:

- I. A Teoria dos Ciclos Políticos sustenta que o comportamento dos gestores é completamente imprevisível, não sendo possível identificar padrões relacionados ao calendário eleitoral.
- II. A adoção de instrumentos como o Sistema de Contabilidade Econômico-Ambiental e as normas de sustentabilidade busca integrar a dimensão ambiental às decisões orçamentárias públicas.
- III. Em períodos eleitorais, gestores públicos tendem a priorizar despesas de maior visibilidade política, o que pode implicar a redução relativa de investimentos em áreas como o meio ambiente.
- IV. As despesas ambientais, como gestão de resíduos e recuperação de áreas degradadas, funcionam como indicadores da prioridade conferida à agenda ambiental pelos municípios.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**Questão 02.** No contexto da análise do comportamento eleitoral e da atuação estratégica dos gestores públicos, a expressão **assimetria informacional de curto prazo**, constante no segundo parágrafo, remete à ideia de que:

- (A) Os eleitores dispõem de acesso contínuo, completo e tecnicamente qualificado às informações sobre a gestão pública, o que elimina distorções avaliativas.
- (B) A ampliação dos mecanismos de transparência orçamentária é suficiente para assegurar plena compreensão social das decisões governamentais.
- (C) A compreensão das decisões públicas pela sociedade ocorre de forma integral e homogênea, independentemente de fatores temporais ou contextuais.
- (D) Os gestores podem explorar limitações cognitivas e informacionais dos eleitores, especialmente em horizontes temporais reduzidos, para influenciar sua avaliação em períodos eleitorais.

**Questão 03.** Considere a frase extraída do texto: **Diante do cenário de restrição fiscal, o orçamento público consolida-se como principal instrumento de escolha política e alocação estratégica.** À luz do contexto apresentado, assinale a alternativa que MELHOR EXPRESSA o valor semântico do termo **consolida-se**.

- (A) Apresenta caráter instável e contingente, variando quanto à sua relevância no processo de gestão pública.
- (B) Firma-se e se fortalece como elemento central na definição de prioridades governamentais.
- (C) Perde gradativamente sua relevância, tornando-se acessório no processo decisório.
- (D) Restringe-se a uma função meramente formal, sem impacto nas decisões políticas.

**Questão 04.** Considerando a organização global do texto, sua progressão temática e a articulação entre as ideias apresentadas — especialmente no que se refere à construção argumentativa, ao papel dos referenciais teóricos e à delimitação do núcleo temático —, analise as partes a seguir:

**(1ª parte):** *O texto adota predominantemente uma estrutura expositiva neutra, limitando-se à apresentação de conceitos sem estabelecer relações argumentativas entre eles.*

**(2ª parte):** *A abordagem das agendas ambientais globais constitui o núcleo temático do texto, em detrimento da discussão sobre comportamento eleitoral.*

**(3ª parte):** *A conclusão introduz uma ideia nova e dissociada dos argumentos previamente desenvolvidos, rompendo a unidade temática do texto.*

Pode-se afirmar que:

- (A) Apenas a 1ª parte está incorreta.
- (B) Apenas a 1ª e a 2ª partes estão incorretas.
- (C) Apenas a 2ª e a 3ª partes estão incorretas.
- (D) Todas as partes estão incorretas.

**Questão 05.** Considere o trecho: **Tais iniciativas foram impulsionadas por agendas ambientais globais.** A respeito da estrutura sintática e do emprego da voz verbal na oração, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Trata-se de voz passiva analítica, em que o sujeito sofre a ação e o agente é introduzido por preposição.
- (B) Trata-se de voz ativa típica, em que o sujeito **Tais iniciativas** pratica a ação expressa pelo verbo.
- (C) Trata-se de voz passiva sintética, marcada pelo uso do pronome apassivador **por**.
- (D) Trata-se de voz reflexiva, em que o sujeito pratica e recebe a ação simultaneamente.

**Questão 06.** Em **Esses mecanismos buscam integrar a dimensão ambiental à lógica orçamentária estatal**, no quinto parágrafo, a expressão **Esses mecanismos** estabelece coesão referencial ao retomar, no contexto, elementos anteriormente mencionados. Diante disso, assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE esse referente.

- (A) Às estratégias adotadas por gestores em períodos eleitorais, voltadas à ampliação de sua visibilidade.
- (B) Aos instrumentos e acordos de alcance internacional, como o Acordo de Paris, os ODS e a Agenda 21.
- (C) Às práticas sociais e percepções do eleitorado em relação às políticas públicas ambientais.
- (D) Às normas internas brasileiras que regulam a atuação ambiental dos municípios, especialmente a Política Nacional do Meio Ambiente.

**Questão 07.** Considerando as ideias desenvolvidas no texto, especialmente no que se refere à relação entre comportamento eleitoral, atuação dos gestores públicos e papel dos entes municipais na execução de políticas públicas, analise as assertivas que seguem, julgando-as V, se Verdadeiras, ou F, se Falsas:

- ( ) A referência à racionalidade limitada dos eleitores sustenta a ideia de que decisões eleitorais podem ser influenciadas por informações recentes e seletivas.
- ( ) A atuação dos municípios é apresentada como secundária e pouco relevante, uma vez que sua distância das demandas sociais compromete sua capacidade de execução de políticas públicas.
- ( ) O comportamento oportunista dos gestores está relacionado à tentativa de alinhar decisões públicas às expectativas percebidas do eleitorado.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – V.

**Questão 08.** Considere o seguinte trecho do texto:

*Nesse contexto, políticas ambientais podem ser relegadas a segundo plano em anos eleitorais.*

Com base nos aspectos de coesão textual, classes gramaticais e análise sintática, analise as assertivas abaixo:

- I. O termo **Nesse contexto** exerce função de oposição, estabelecendo contraste direto entre a priorização das políticas ambientais e outras despesas públicas.
- II. O adjetivo **eleitorais** contribui para a precisão informacional do enunciado, delimitando o contexto ao qual a afirmação se refere.
- III. O sujeito da oração é classificado como composto, visto que seu núcleo — **políticas ambientais** — encontra-se flexionado no plural.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.

**Questão 09.** Considerando os princípios da fonética e da fonologia da Língua Portuguesa, especialmente no que se refere à relação entre letras e fonemas, analise as partes que seguem:

*(1ª parte): Na palavra **hipótese**, a letra **h** inicial não representa fonema, por não possuir realização sonora, razão pela qual o número de fonemas é inferior ao de letras.*

*(2ª parte): Na palavra **próximos**, a letra **x** representa dois fonemas, razão pela qual o total de fonemas da palavra é superior ao número de letras.*

Pode-se afirmar que:

- (A) Ambas as partes estão incorretas.
- (B) Ambas as partes estão corretas.
- (C) Apenas a 1ª parte está correta.
- (D) Apenas a 2ª parte está correta.

**Questão 10.** Considerando as regras de acentuação gráfica da Língua Portuguesa, especialmente no que se refere à classificação das palavras quanto à tonicidade e à posição da sílaba tônica, assinale a alternativa em que todos os vocábulos apresentados são acentuados em virtude da mesma regra.

- (A) Econômica – lógica – hipóteses.
- (B) Instituída – municípios – público.
- (C) Políticas – estratégias – atribuída.
- (D) Déficits – também – transparência.

## MATEMÁTICA

**Questão 11.** Um servidor coletou os salários de um pequeno grupo de 6 estagiários: R\$ 1.000, R\$ 800, R\$ 900, R\$ 800, R\$ 1.200 e R\$ 1.300. Ele precisa calcular a mediana desses valores para apresentar em uma reunião sobre auxílio-transporte. Como o número de dados é par, ele sabe que deve realizar um procedimento específico para encontrar o valor central. Assim, qual é a mediana dessa distribuição de salários dos estagiários?

- (A) R\$ 1.000,00.
- (B) R\$ 950,00.
- (C) R\$ 900,00.
- (D) R\$ 1.050,00.

**Questão 12.** Um servidor de compras percebeu que o estoque de papel sulfite está diminuindo segundo uma progressão geométrica. Na primeira semana, havia 64 caixas, e na segunda semana, restavam apenas 32 caixas. Seguindo esse mesmo ritmo de consumo, o servidor precisa prever quantas caixas restarão ao final da quinta semana para evitar o desabastecimento total. Assim, qual será o estoque de papel na quinta semana de observação?

- (A) 4 caixas.
- (B) 8 caixas.
- (C) 16 caixas.
- (D) 2 caixas.

**Questão 13.** Um servidor precisa organizar as fotos de 5 eventos diferentes em uma galeria digital, mas só há espaço para exibir 3 fotos por vez em destaque na página principal. Como a ordem em que essas 3 fotos são selecionadas não importa para o layout escolhido, ele quer saber de quantas maneiras pode escolher o trio de fotos para o destaque. Assim, qual o número de combinações possíveis para essa seleção de imagens?

- (A) 5.
- (B) 20.
- (C) 10.
- (D) 15.

**Questão 14.** Um servidor está medindo o contorno de uma mesa de reuniões que possui o formato de um hexágono regular. Ele mediu apenas um dos lados e encontrou o valor de 1,5 metros. Para encomendar uma fita protetora para as bordas, ele precisa calcular o perímetro total dessa mesa. Diante disso, qual é o comprimento total dessa borda, considerando que todos os lados de um hexágono regular possuem a mesma medida?

- (A) 6 metros.
- (B) 7,5 metros.
- (C) 3 metros.
- (D) 9 metros.

**Questão 15.** Um servidor recebeu uma fatura com um valor de multa de R\$ 120,00. Ele sabe que esse valor corresponde a exatamente 4% do valor total do contrato que gerou a penalidade. Para realizar o empenho correto da despesa total, ele precisa descobrir qual era o valor original do contrato antes da aplicação da multa. Com isso, qual é o valor total desse contrato sobre o qual a multa foi calculada pelo setor financeiro?

- (A) R\$ 3.000,00.
- (B) R\$ 4.800,00.
- (C) R\$ 2.400,00.
- (D) R\$ 2.000,00.

UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA CÁLCULOS

## INFORMÁTICA

**Questão 16.** No Microsoft Word 365 para desktop, um usuário quer alternar rapidamente entre diferentes modos de exibição do documento usando atalhos do teclado. Considerando o suporte oficial da Microsoft, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) **Ctrl+Alt+P** alterna para Estrutura de Tópicos, e **Ctrl+Alt+O** alterna para Layout de Impressão.
- (B) **Ctrl+Alt+O** alterna para Modo de Leitura, e **Alt+W+F** alterna para Estrutura de Tópicos.
- (C) **Ctrl+Alt+P** alterna para Layout de Impressão, e **Ctrl+Alt+N** alterna para Rascunho.
- (D) **Alt+W+F** alterna para Layout da Web, e **Ctrl+Alt+N** alterna para Modo de Leitura.

**Questão 17.** Em uma revisão multilíngue, um servidor público precisa alterar o idioma usado na verificação ortográfica de um trecho específico de texto em um documento do Microsoft Word 365. Segundo a orientação oficial da Microsoft, o caminho adequado é:

- (A) **Arquivo > Opções > Avançado > Mostrar régua vertical**, selecionando o idioma desejado na caixa de diálogo aberta.
- (B) **Inserir > Símbolos > Idioma**, escolhendo o idioma de revisão aplicado à seleção.
- (C) **Revisão > Idioma > Definir Idioma de Revisão de Texto**, após selecionar o texto a ser alterado.
- (D) **Exibição > Modo de Leitura > Idioma**, definindo o dicionário correspondente ao trecho destacado.

**Questão 18.** No Microsoft Word 365, a alteração da orientação de apenas parte de um documento exige o uso correto dos recursos da guia Layout, de modo que o restante do arquivo preserve a configuração original. Assim, considere a seguinte sentença procedural:

*Para transformar apenas um trecho do documento em paisagem, deve-se selecionar o conteúdo desejado, acessar **Layout**, abrir a caixa de diálogo **Configuração de Página**, escolher **Paisagem** e, em **Aplicar a**, selecionar **Texto selecionado**.*

Com base no procedimento descrito, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A sentença está totalmente correta, pois descreve adequadamente o procedimento para aplicar a orientação em paisagem apenas ao trecho selecionado.
- (B) A sentença está incorreta, porque o procedimento deve começar em **Inserir**, e não na guia **Layout**.
- (C) A sentença está incorreta, porque a opção **Paisagem** deve ser escolhida em **Exibição**, e não em **Configuração de Página**.
- (D) A sentença está incorreta, porque, em **Aplicar a**, a opção correta seria **Documento inteiro**, e não **Texto selecionado**.

**Questão 19.** No Microsoft Word 365, há formatos de numeração que exibem apenas o número da página atual e outros que apresentam, de forma combinada, a página em que o usuário se encontra e o total de páginas do documento. Quando se deseja inserir, no cabeçalho ou no rodapé, uma numeração com essa exibição completa, deve-se acessar Inserir > Número de página e selecionar o modelo correspondente. Nesse caso, o formato a ser escolhido é:

- (A) Página atual.
- (B) Página X de Y.
- (C) Total por seção.
- (D) Número simples.

**Questão 20.** Há muitos motivos para ouvir um documento, como revisão, multitarefa ou maior compreensão e aprendizado. Assim, no Microsoft Word 365, o recurso **Ler em Voz Alta** lê tudo ou parte do documento. Nesse contexto, para otimizar o uso desse recurso, pode-se fazer o uso de atalhos de teclado, como o atalho **Ctrl + Alt + Espaço**, o qual:

- (A) Inicia a leitura em voz alta.
- (B) Diminui a velocidade da leitura.
- (C) Aumenta a velocidade da leitura.
- (D) Ignora a leitura do próximo parágrafo.

### LEGISLAÇÃO

**Questão 21.** De acordo com a Lei Orgânica, compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre, por exemplo:

- I. Criação, instituição, fusão e extinção de autarquias, fundações e empresas públicas ou de economia mista, salvo o controle acionário do Município em empresas particulares, dever do Poder Executivo.
- II. Concessão de auxílios e subvenções, de serviços públicos, do direito real e de uso de bens municipais.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

**Questão 22.** Pode-se afirmar, com base na Lei Orgânica, que o processo legislativo municipal compreende a elaboração de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, resoluções e decretos legislativos. A partir dessa premissa, ainda acerca do processo legislativo, analise o que está sendo afirmado nas alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação considerada INCORRETA.

- (A) Nas leis de autoria dos Senhores Vereadores, quando sancionadas e promulgadas, devem constar o nome do Vereador autor ou da Vereadora autora do Projeto.
- (B) As leis que disponham sobre criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração são de iniciativa privativa do Prefeito.
- (C) Nos projetos de sua iniciativa, o Prefeito poderá solicitar à Câmara que os aprecie em regime de urgência, e os prazos, relacionados a essa apreciação, não podem ser interrompidos mesmo durante o recesso parlamentar.
- (D) A matéria constante de projeto de lei rejeitado ou não promulgado, assim como a emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, no mesmo período legislativo, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

**Questão 23.** As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Câmara, serão criadas, mediante requerimento \_\_\_\_\_, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

Conforme a Lei Orgânica, preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) do Prefeito ou do Presidente da Câmara Municipal.
- (B) da unanimidade dos Vereadores.
- (C) da maioria simples dos Vereadores.
- (D) de um terço dos Vereadores.

**Questão 24.** Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, quantos dos seguintes itens apresentam informações adequadas acerca da posse e do exercício? **I.** O concursado que for chamado e não tomar posse nos prazos previstos no Regime citado passará a figurar, automaticamente, como último integrante da lista dos classificados; **II.** Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se não ocorrer a posse e o exercício, nos prazos legais; **III.** É de quinze dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

**Questão 25.** Pode-se afirmar, conforme o próprio Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, que a prestação de serviços extraordinários só poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição, ou de ofício. Além disso, esse serviço será remunerado por hora de trabalho que exceda o período normal, com acréscimo de \_\_\_\_\_ em relação à hora normal.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) cinquenta por cento.
- (B) cem por cento.
- (C) vinte e cinco por cento.
- (D) trinta e cinco por cento.

**Questão 26.** O Regimento Interno da Câmara Municipal traz que a reunião ordinária de instalação da legislatura e posse dos Vereadores será presidida pelo mais idoso dentre os diplomados, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos, obedecida determinada sequência. Nesse sentido, qual das alternativas apresenta a última das etapas, dentre as abaixo elencadas?

- (A) Prestação de compromisso legal pelos Vereadores.
- (B) Eleição e posse dos membros das Comissões Permanentes.
- (C) Declaração de posse dos Vereadores presentes.
- (D) Eleição e posse dos membros da Mesa.

**Questão 27.** A gratificação natalina corresponde a um doze avos da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício, no respectivo ano. A partir dessa premissa, e com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, analise as alternativas abaixo e assinale a única que apresenta conteúdo totalmente CORRETO.

- (A) A gratificação natalina dos servidores que fazem horas extras será calculada com a base aritmética das horas extras realizadas nos últimos vinte e quatro meses anteriores à concessão do direito.
- (B) A gratificação natalina será paga até o dia vinte e cinco do mês de dezembro de cada ano.
- (C) O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina proporcionalmente aos meses de efetivo exercício, calculada sobre a remuneração do mês de salário líquido.
- (D) A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

**Questão 28.** Analise o texto a seguir, com base no Regimento Interno da Câmara Municipal:

*O Vereador e os servidores públicos efetivos e comissionados que se afastarem da sede por motivo de interesse público terão direito ao custeio das despesas com alimentação, hospedagem, incluído aqui o custo da garagem no local, e transporte, salvo o deslocamento urbano por meio de táxi, através de adiantamento, conforme disposto em resolução própria.*

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que o custo da garagem não pode ser considerado junto à hospedagem.
- (C) Parcialmente adequado, visto que o deslocamento urbano por meio de táxi está incluso, e não ressalvado, para cumprimento de agenda.
- (D) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.

**Questão 29.** De acordo com Regimento Interno da Câmara Municipal, o Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas, competindo-lhe privativamente, por exemplo:

- I. Determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição que ainda não tenha parecer da comissão, ou havendo, lhe for contrário.
- II. Zelar pelos prazos do processo legislativo, bem como dos concedidos às comissões e ao Prefeito.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão incorretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão corretas.

**Questão 30.** As comissões permanentes têm por objetivo estudar as matérias submetidas ao seu exame e se manifestarão através de pareceres. A partir disso, e conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal, analise as alternativas que seguem e assinale a que apresenta informação que pode ser considerada como INCORRETA.

- (A) As Comissões Permanentes reunir-se-ão com a maioria absoluta de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.
- (B) Compete à Comissão de Justiça e Finanças manifestar-se sobre todas as matérias quanto aos aspectos regimental, legal, constitucional, orçamentário, financeiro, gramatical e lógico.
- (C) As comissões permanentes são compostas por três Vereadores, sendo elas a de Justiça e Finanças, a de Interesses Difusos e Coletivos, e a de Educação e Desporto.
- (D) É obrigatório o exame das matérias por parte de todas as Comissões Permanentes, iniciando-se o trâmite legislativo pela Comissão de Interesses Difusos e Coletivos.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Questão 31.** No âmbito do Direito Tributário, é fundamental ao Procurador Legislativo distinguir as causas que suspendem a exigibilidade do crédito tributário daquelas que o extinguem. Com base no Código Tributário Nacional (CTN), correlacione os termos da *Coluna 1* com suas respectivas hipóteses, na *Coluna 2*:

*Coluna 1:*

- (1) Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário (Art. 151, CTN).
- (2) Extinção do Crédito Tributário (Art. 156, CTN).

*Coluna 2:*

- ( ) A moratória e o parcelamento.
- ( ) A compensação e a transação.
- ( ) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- ( ) A remissão e a consignação em pagamento julgada procedente.
- ( ) A concessão de medida liminar em mandado de segurança ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial.
- ( ) A decadência e a prescrição.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) 1 – 2 – 1 – 2 – 1 – 2.
- (B) 1 – 1 – 2 – 2 – 1 – 1.
- (C) 2 – 2 – 1 – 1 – 2 – 2.
- (D) 1 – 2 – 2 – 1 – 1 – 2.

**Questão 32.** No que concerne à Organização Municipal e às atribuições do Poder Legislativo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O subsídio dos Vereadores será fixado por lei de iniciativa do Prefeito Municipal, em cada legislatura para a subsequente, observados os limites máximos previstos na Constituição Federal.
- (B) Compete privativamente à Câmara Municipal legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (C) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- (D) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.

**Questão 33.** Considere a seguinte situação hipotética: A Câmara Municipal de um determinado município do Rio Grande do Sul pretende deflagrar um processo de fiscalização sobre as contas do Prefeito Municipal, além de legislar sobre a criação de um novo Conselho Municipal de Direitos. Com base nas disposições da Constituição Federal e nas regras de Direito Municipal sobre a organização dos poderes e fiscalização, analise as assertivas abaixo, assinalando V, para as Verdadeiras, ou F, para as Falsas:

- ( ) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.
- ( ) Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre a criação, incorporação, fusão e desmembramento de seus próprios distritos, observada a legislação estadual.
- ( ) A fiscalização do Município será exercida exclusivamente pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, sendo vedada pela Constituição Federal a existência de sistemas de controle interno no âmbito do Poder Executivo.
- ( ) Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observados os limites constitucionais, não se lhes aplicando a regra da legislatura subsequente, que é restrita aos Vereadores.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.

**Questão 34.** Determinada Câmara Municipal solicita ao seu Procurador Legislativo um parecer sobre a participação do Município em um consórcio público intermunicipal para a gestão de resíduos sólidos. Diante do caso hipotético, e com base nas disposições da Lei nº 11.107/2005, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia ratificação, por lei, do protocolo de intenções.
- (B) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados.
- (C) O protocolo de intenções deverá definir o número de votos que cada ente consorciado terá na assembleia geral, podendo ser atribuído peso diferenciado conforme a população ou a contribuição financeira de cada Município.
- (D) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de gestão, que deverá ser celebrado em cada exercício financeiro.

**Questão 35.** No que concerne aos Sujeitos do Processo e ao Litisconsórcio, correlacione os termos da *Coluna 1* com a definição ou regra correspondente na *Coluna 2*, de acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015):

*Coluna 1:*

- (1) Litisconsórcio Necessário.
- (2) Assistência Simples.
- (3) *Amicus Curiae*.
- (4) Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

*Coluna 2:*

- ( ) Ocorre quando a eficácia da sentença depende da citação de todos que devam ser litisconsortes, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica controvertida.
- ( ) Intervenção de terceiro que detém interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, exercendo os mesmos poderes e sujeitando-se aos mesmos ônus processuais que o assistido.
- ( ) Modalidade de intervenção que não implica a suspensão do processo, salvo disposição legal em contrário, e cuja decisão possui natureza jurídica de decisão interlocutória, agravável se proferida na fase de cognição.
- ( ) Pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, que pode intervir no processo para prestar esclarecimentos, não tendo, em regra, legitimidade para recorrer.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) 1 – 2 – 4 – 3.
- (B) 1 – 3 – 4 – 2.
- (C) 4 – 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 1 – 3 – 4.

**Questão 36.** A Câmara Municipal de determinada cidade decide alienar um conjunto de computadores e veículos antigos que não possuem mais utilidade para o serviço legislativo. Paralelamente, o Município recebe, por meio de doação, um terreno destinado à construção de uma nova sede para a Biblioteca Municipal. Com base nas disposições do Código Civil sobre as Diferentes Classes de Bens e Bens Públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os veículos e computadores da Câmara, enquanto estiverem sendo utilizados nas atividades administrativas, são considerados bens públicos dominicais, podendo ser alienados independentemente de prévia desafetação.
- (B) O terreno doado ao Município para a construção da biblioteca, a partir do momento em que for destinado a esse serviço público especial, passa a ser classificado como bem público de uso especial.
- (C) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, ao passo que os bens dominicais são inalienáveis e impenhoráveis, salvo autorização judicial específica.
- (D) De acordo com o Código Civil, o uso comum dos bens públicos deve ser sempre gratuito, sendo vedada à Administração Municipal a cobrança de qualquer retribuição pecuniária pelo uso de estradas ou logradouros.

**Questão 37.** O Município pretende realizar a ampliação de uma via pública que margeia um curso d'água natural e atravessa uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Para a viabilização da obra, a Procuradoria Legislativa é consultada sobre os aspectos de licenciamento e as normas constitucionais aplicáveis. Com base na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), no Código Florestal e na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Município possui competência comum com a União e o Estado para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, devendo as normas de cooperação entre os entes serem fixadas por lei complementar.
- (B) As Áreas de Preservação Permanente situadas em zonas urbanas não estão sujeitas às proteções do Código Florestal, ficando a sua regulamentação e delimitação a cargo exclusivo do Plano Diretor Municipal, conforme o princípio da predominância do interesse local.
- (C) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, dependerão de prévio licenciamento ambiental.
- (D) A responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente é de natureza objetiva, fundada no risco integral, o que implica que a obrigação de reparar o dano independe da existência de culpa do agente.

**Questão 38.** Em uma ação de cobrança movida contra a Câmara Municipal, o magistrado de primeiro grau profere decisão interlocutória rejeitando a alegação de prescrição arguida pelo Município em sua contestação. Simultaneamente, em outro processo de rito comum, o juiz profere sentença julgando procedentes os pedidos do autor para anular um ato administrativo da Mesa Diretora. Diante desses cenários, e considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre recursos e as prerrogativas da Fazenda Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Contra a decisão que rejeitou a tese de prescrição, o Procurador deverá interpor Agravo de Instrumento no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado da intimação pessoal.
- (B) A apelação interposta pelo Município contra a sentença que anulou o ato administrativo terá, obrigatoriamente, efeito suspensivo automático por força de lei, impedindo a execução provisória.
- (C) O prazo para a interposição de Embargos de Declaração contra a sentença será de 10 (dez) dias úteis, em razão da aplicação do prazo em dobro para a Fazenda Pública em todos os prazos processuais.
- (D) Caso o Município interponha Agravo Interno contra decisão monocrática de relator no Tribunal, o prazo para resposta da parte contrária será de 15 (quinze) dias, sem aplicação do prazo em dobro para contrarrazões.

**Questão 39.** Um Município foi condenado judicialmente ao pagamento de uma vultosa quantia a um servidor público aposentado, decorrente de revisão de proventos. A sentença transitou em julgado e o precatório foi apresentado ao tribunal até o dia 2 de abril de 2026. Paralelamente, a Câmara Municipal analisa o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Com base nas normas constitucionais de Direito Financeiro, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O precatório apresentado até 2 de abril deverá ser incluído no orçamento do exercício seguinte, sendo o pagamento realizado, obrigatoriamente, até o final do exercício em que foi incluído, com valores atualizados.
- (B) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para as obrigações de pequeno valor (RPV).
- (C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de dispor sobre alterações na legislação tributária.
- (D) É permitida a utilização de recursos dos regimes próprios de previdência social, inclusive os bens e direitos a eles vinculados, para o pagamento de precatórios e de débitos de qualquer natureza do ente federativo com seus servidores ativos e inativos.

**Questão 40.** Considere que a Câmara Municipal está analisando a aplicação de uma nova lei federal que altera prazos processuais administrativos. Diante da necessidade de orientar os Vereadores sobre a vigência e eficácia das normas no tempo, e com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), analise o trecho abaixo:

*Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país \_\_\_\_\_ depois de oficialmente publicada. Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada à correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da \_\_\_\_\_. No estrangeiro, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia \_\_\_\_\_ depois de oficialmente publicada.*

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) Quarenta e cinco dias; data da aprovação legislativa; três meses.
- (B) Trinta dias; nova publicação; noventa dias.
- (C) Quarenta e cinco dias; nova publicação; três meses.
- (D) Sessenta dias; publicação original; seis meses.

## PROVA DISCURSIVA

Responda as questões a seguir, observando-se o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 30 (trinta) linhas para cada uma delas, fazendo correto uso do padrão culto da Língua Portuguesa. Não esqueça de transcrever as suas respostas para a **Folha Definitiva da Prova Discursiva**, pois as Folhas Rascunho **NÃO** serão consideradas para correção.

**Questão 01.** Após fortes tempestades que assolaram o bairro das Laranjeiras no Município "C", o Vereador "Y" propõe um Projeto de Lei (PL) que concede isenção total do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) pelo período de dois exercícios financeiros para todos os imóveis residenciais comprovadamente afetados pelos eventos climáticos adversos. O projeto tramita e chega à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O líder do governo, compondo a comissão, apresenta voto em separado pela rejeição imediata do PL, argumentando sob duas premissas: (1) qualquer projeto de lei que verse sobre matéria tributária (como a isenção de IPTU) é de iniciativa privativa do Prefeito, caracterizando vício de iniciativa; e (2) a concessão do benefício configura renúncia de receita, esbarrando frontalmente nas vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), visto que o Vereador não apresentou medidas de compensação ou estimativa de impacto orçamentário.

Com base nas concepções acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar e na jurisprudência aplicável ao processo legislativo, discorra sobre dois argumentos da base do governo. Na resposta, aborde se o PL, de fato, possui inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, e determine qual deve ser o encaminhamento técnico da CCJ em relação ao prosseguimento legislativo da matéria.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

26	
27	
28	
29	
30	

**Questão 02.** Preocupado com as longas filas no atendimento primário à saúde do município, o Vereador "Z" elabora um Projeto de Lei (PL) que *"Regulamenta o funcionamento, a execução e os horários do serviço de vacinação e triagem nas Unidades Básicas de Saúde (UBS)"*. O texto do PL não apenas traça diretrizes, mas estabelece obrigações procedimentais para o Executivo: fixa o horário exato de funcionamento ininterrupto das salas de vacina (das 07h00 às 19h00), determina o quantitativo mínimo de enfermeiros que devem atuar por turno em cada posto e institui um protocolo administrativo de atendimento em três etapas que deve ser seguido pelos servidores municipais da saúde. Ao ser remetido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), levanta-se o debate sobre a validade da proposição.

Com base nas concepções acerca da organização administrativa municipal, a competência constitucional para a prestação e regulamentação dos serviços públicos e a autonomia do Poder Executivo, discorra acerca da constitucionalidade material e formal desta proposição legislativa. Na resposta, aborde se o PL extrapola ou não suas funções ao ditar regras de execução gerencial ao Executivo e determine qual deve ser o encaminhamento técnico e adequado da CCJ em relação à matéria.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	